

A relação entre cidade moderna e industrialização: O caso do bairro da prata em campina grande. Paraíba.

The relationship between the modern city and industrialization: the case of the “Prata” district in Campina Grande. Paraíba.

La relación entre la ciudad moderna y la industrialización: el caso del distrito de la “Prata” en Campina Grande. Paraíba.



Marjorie Jordana Garcia Fernandes

Universidade Federal de Campina Grande, mestranda PPGH, Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar. GRUPAL, Campina Grande, Brasil. marjorie_jordana@hotmail.com



Alcilia Afonso de Albuquerque e Melo

Universidade Federal de Campina Grande, professora adjunta CAU. UAEC. CTRN e professora efetiva PPGH, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar. GRUPAL, Campina Grande, Brasil. kakiafonso@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho possui como objeto de reflexão a relação existente entre cidade moderna e industrialização, utilizando como estudo de caso, o bairro da Prata em Campina Grande, segunda maior cidade do Estado da Paraíba. O objetivo é observar de que maneira se deu esta relação entre a cidade que almejava a modernidade e o desenvolvimento econômico decorrente da implantação de uma política proposta pela SUDENE/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste no final dos anos 1950 e toda a década de 1960, que integrada a uma agenda municipal e estadual, fez com que a cidade fortalecesse a sua tendência industrial, e modificasse seu cenário urbano, com a criação de novos bairros, como o Distrito Industrial, e a consolidação de uma nova área residencial – o bairro da Prata - que adotou a modernidade arquitetônica em seu vocabulário projetual e construtivo, conforme será visto no decorrer do artigo. Justifica-se pela necessidade em dialogar o patrimônio industrial com o patrimônio moderno, observando-se que esta relação resultou na produção de um acervo de bens imóveis/ arquitetônicos e urbanísticos que transformou a cidade no recorte trabalhado, e que deixou como consequência um acervo rico, mas que correm sérios riscos na contemporaneidade, por não estar devidamente protegido. A metodologia de pesquisa adotada trabalha com duas linhas: 1) a da pesquisa histórica; 2) a da pesquisa arquitetônica e urbanística apoiada em autores como AFONSO (2019), SERRA (2006), GASTÓN e ROVIRA (2007). O aporte teórico apoia-se

em autores como GAGNEBIN (1997), HARVEY (1992), ASCHER (2010), ARGAN (2005), SOUSA (2003).

Palavras-chave: patrimônio industrial; patrimônio arquitetônico moderno; cidade.

Abstract

The present work has as object of reflection the relationship between modern city and industrialization, using as a case study, the Prata neighborhood in Campina Grande, second largest city of Paraíba State, Brazil. The objective is to observe how this relationship occurred between the city that aimed for modernity and economic development resulting from the implementation of a policy proposed by SUDENE / Northeast Development Superintendence in the late 1950s and throughout the 1960s, which integrated into a municipal and state agenda, it made the city strengthen its industrial trend and change its urban landscape, with the creation of new neighborhoods, such as the Industrial District, and the consolidation of a new residential area - the Prata district. - which adopted architectural modernity in its design and constructive vocabulary, as will be seen throughout the article. It is justified by the need to dialogue the industrial heritage with the modern heritage, noting that this relationship resulted in the production of a collection of real estate / architectural and urbanistic properties that transformed the city into the worked cut, and left as a consequence a rich collection. , but that is in serious danger today because it is not properly protected. The adopted research methodology works in two lines: 1) that of historical research; 2) that of architectural and urbanistic research supported by authors such as AFONSO (2019), SERRA (2006), GASTÓN and ROVIRA (2007). The theoretical support is based on authors such as GAGNEBIN (1997), HARVEY (1992), ASCHER (2010), ARGAN (2005), SOUSA (2003).

Keywords: industrial heritage; modern architectural heritage; city

INTRODUÇÃO

Objetivando contribuir com a memória de Campina Grande, segunda maior cidade do estado da Paraíba, nordeste brasileiro, tomou-se como estudo de caso o bairro da Prata, protagonista no cenário moderno urbano e arquitetônico, devido à instalação de equipamentos e residências que simbolizaram a modernização campinense.

Segundo GOITIA (2010) a realidade de uma cidade corresponde à junção de sua organização física e moral (alma coletiva), que interagem mutuamente para formação da história. Logo, a cidade é um “ser histórico”, arquivo da memória.

Quanto à metodologia de pesquisa (Ilustração 1), trata-se de uma investigação teórica de pesquisa histórica, arquitetônica e urbanística, com caráter descritivo e interpretativo, que compreende a coleta de informações primárias e secundárias, baseando-se em SERRA (2006) que descreve processo como “modo como se sucedem os estados diferentes do sistema no tempo” (SERRA, 2006, p. 72) e sistema como “um conjunto de objetos, entendido como uma totalidade de eventos, pessoas ou ideias que interagem uns com os outros.” (SERRA, 2006, p. 70)



Ilustração 01: Esquema metodológico segundo conceitos de SERRA (2006) aplicados à investigação.
Fonte: Elaborado por Garcia, M. 2018.

Assim, o contexto de surgimento do bairro vem sendo estudado e comparado ao contexto atual, podendo-se então destacar mudanças atravessadas, e refletidas diretamente na conservação da paisagem arquitetônica e urbana moderna, caracterizando, portanto, o processo. Enquanto que por sistema, entendem-se todos os condi-

cionantes do processo, logo, as realidades do lugar, econômica, cultural, política, são alguns dos elementos que envolvem o sistema estudado.

APORTE TEÓRICO: MODERNIDADE, MODERNISMO E MODERNIZAÇÃO.

Buscando fundamentar teoricamente este estudo, serão levantados a seguir os conceitos de modernidade, cidade moderna e patrimônio industrial, palavras-chave alusivas ao tema em discussão.

Mediante os levantamentos de GAGNEBIN (1997), que analisou formulações de Baudelaire e Benjamin, a respeito do conceito de modernidade, torna-se importante remeter à oposição, existente desde a Antiguidade, entre “antigo” e “moderno”. Aqui, será buscada a superação dessa relação apenas temporal: do moderno como sinônimo de atual e do antigo como o que já foi.

Influenciada pela consciência iluminista, a ligação entre presente e passado se rompe com a Revolução Francesa, fazendo o “moderno” sinônimo de “novo”. No entanto, vale ressaltar que ao se definir pela novidade, a modernidade adquire uma característica que ao mesmo tempo, a constrói e destrói. O novo estaria por definição, destinado a se transformar no seu contrário, no obsoleto. Logo, o moderno rapidamente se torna antigo. (GAGNEBIN, 1997, p. 143)

Para Baudelaire, o sentido do moderno depende da qualidade do olhar, e a luta contra o tempo e o esquecimento só pode ser vencida pela força da memória. Assim, é a “consciência aguda da transitoriedade e da eternidade da obra que a define como pertencente à modernidade”. No seu artigo “O Pintor da Vida Moderna” (1850), Baudelaire define: “modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável.” (GAGNEBIN, 1997, p. 148).

Baseando-se ainda na análise de GAGNEBIN (1997), Benjamin ao insistir que a poesia urbana é uma poesia de fragilidade, e ressaltar o tempo da modernidade como devastador, arremata a discussão baudelaireana. Assim, a cidade moderna muda aceleradamente e a morte marca a consciência temporal da modernidade.

De acordo com HARVEY (1992), Nietzsche mergulha no outro lado da formulação de Baudelaire, discutindo o que denomina de “destruição criativa”, “para mostrar que o moderno não era senão uma energia vital, a vontade de viver e de poder, nadando num mar de desordem, anarquia, destruição, alienação individual e desespero”.

Nessa interpretação, o novo mundo surge a partir das cinzas do antigo, mas é a euforia pelo “novo” a base para evolução. (HARVEY, 1992, p. 25)

Portanto, o modernismo foi definido por HARVEY (1992, p. 97) como “uma perturbada e fugidia resposta estética a condições de modernidade produzidas por um processo particular de modernização”. Enquanto movimento cultural dependia do posicionamento do artista, que era visto como herói em sua primeira fase, devendo compreender o espírito de sua época, bem como iniciar o processo de sua mudança. Mies van der Rohe, nos anos 20 definiu arquitetura como “vontade da época concebida em termos espaciais.”

Sob o ponto de vista do desenho urbano, segundo ASCHER (2010, p. 23-25), a cidade medieval foi substituída por uma cidade “clássica”, onde o Estado desejava aparecer de maneira monumental, traçando avenidas, praças e jardins, com ruas que se alargam e se diferenciam funcionalmente, havendo mudanças nos recuos e alinhamentos dos muros, separação entre público e privado, bem como exterior e interior. A cidade moderna passa a ser concebida racionalmente, projetada como marco espacial, prevendo o futuro. (ASCHER, 2010, p. 23-25)

Somente posteriormente a 1848 (ano dos levantes revolucionários de Paris), ainda segundo HARVEY (1992, p. 33-34), o modernismo passa a ser efetivamente um fenômeno urbano para adaptação ao crescimento urbano explosivo, mediante a intensa migração para os centros urbanos, da industrialização, mecanização, reorganização maciça dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política. Após 1945, o autor complementa dizendo que a crença no “progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” sob condições padronizadas era bastante forte.

Baseando-se nos últimos esclarecimentos, pode-se classificar o modernismo como positivista, tecnocêntrico e racionalista.

O crescimento acelerado das cidades resultou em problemas diversos, e neste contexto, surgiu o “urbanismo moderno”, aplicando no campo da organização espacial, os princípios industriais, como meio para solucionar a mobilidade de pessoas, informações e bens. A adaptação das cidades às novas exigências de produção é feita mediante a forma de zoneamento e grandes vias de circulação, que exigem mobilização científica e técnica para aumentar a rentabilidade do “sistema bip” (transporte e armazenamento de bens, informações e pessoas). (ASCHER, 2010, p.26)

Com finalidade de alcançar maior entendimento, levantam-se ainda os conceitos de ASCHER (2010) que relaciona o contexto descrito acima com as transformações urbanas, e define modernização como um processo de transformação da sociedade. Baseando-se na mudança, buscando progresso, através do projeto, a modernização

resulta da interação entre três dinâmicas socioantropológicas: a individualização, a racionalização e a diferenciação social. O autor destaca ainda, a possibilidade de distinguir três grandes fases da modernização. Estas resultaram em revoluções urbanas modernas.

Assim, foi criada uma ordem de estruturas e procedimentos que visavam planejar de forma racional as cidades, ou seja, buscou-se o ordenamento, predefinição e estímulo da expansão periférica e renovação dos tecidos urbanos. As cidades conheceram, através do urbanismo, uma verdadeira revolução em relação às antigas cidades e concepções arquitetônicas- espaciais, chegando a um urbanismo baseado na racionalidade simplificadora, fazendo uso de planejamento urbano, zoneamento monofuncional, hierarquização de estruturas urbanas, adaptação à produção e ao consumo de massa em centros comerciais, zonas industriais, e circulação acelerada, além da materialização do bem-estar em equipamentos coletivos, serviços públicos e habitações sociais. (ASCHER, 2010, p. 28)

Sobre zoneamento, a CARTA DE ATENAS (1933) coloca:

O zoneamento é a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados a lazer.

(CARTA DE ATENAS, 1933, s/p).

Percebe-se, portanto, uma profunda mudança na forma de conceber, produzir, utilizar e gerir, as cidades. A CARTA DE ATENAS (1933) ainda destacou:

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. (CARTA DE ATENAS, 193, s/p).

CIDADE MODERNA E PATRIMÔNIO

Mumford entendia a cidade como produto artístico. No entanto, essa estética idealista foi superada pela modificação do sistema geral de produção, transformando a cidade real num produto industrial. A ideia de cidade ideal estaria ligada a todos os períodos históricos, como uma obra de arte que durante sua existência sofre modificações, deformações e até destruições. Quanto ao desenho, entendido como módulo, estaria em vigor o valor de qualidade, imutável em relação à quantidade. (ARGAN, 2005, P. 73)

Segundo ARGAN (2005), a relação entre qualidade e quantidade seria base da problemática urbanística ocidental:

Exatamente isso, acredito eu, explica a não continuidade de desenvolvimento entre as cidades históricas e as cidades modernas, entre as cidades pré-industriais e cidades industriais ou pós-industriais. E é essa ruptura de continuidade ou a impossibilidade de desenvolvimento que gera a artificiosa concentração da historicidade intrínseca da cidade no núcleo antigo, dando-se assim por aceito que este é, por definição, histórico, do mesmo modo que o moderno – e Maltese já sublinhou isso –, em sua realidade e atualidade, seria por definição não histórico ou mesmo anti-histórico.

(ARGAN, 2005, P. 74)

Assim sendo, pode-se explicar a dificuldade de reconhecimento do patrimônio recente, pois a atribuição de valor histórico e artístico ainda depende da historicidade. Obviamente, não dá para conservar e engessar toda a cidade, sendo preciso então estabelecer o que de fato merece preservação a todo custo. A cultura moderna deve, obviamente, compreender na sua estrutura histórica os valores de memória bem como o de previsão do futuro. Então, pode-se dizer que a cidade moderna não merece ser preservada simplesmente por ser recente ou porque o sistema de técnicas industriais não tem relevância artística? ARGAN (2005) ainda levanta que:

Fique bem claro que o que tem e deve ter não apenas organização, mas substância histórica é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. Pôr em discussão sua historicidade global equivale a pôr em discussão o valor ou a legitimidade histórica da sociedade contemporânea, o que talvez alguns queiram, mas que o historiador não pode aceitar.

(ARGAN, 2005, p. 79)

A INDUSTRIALIZAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO E EM CAMPINA GRANDE

A CARTA DE NIZHNY TAGIL (TICCIH, 2003) direciona pesquisadores e profissionais interventores nos bens patrimoniais sobre como resgata-los de maneira ética, além de orientações a respeito das investigações, identificação e proteção dos mesmos. Define patrimônio industrial:

... os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (CARTA DE NIZHNY TAGIL, TICCIH, 2003, s/p)

Quanto ao lugar, cenário da produção estudada, tem-se a cidade de Campina Grande. Privilegiada geograficamente, por estar localizada entre o litoral e sertão paraibano, além da proximidade com capitais importantes no Nordeste, como Recife-PE e Natal-RN, é conhecida, atualmente, por ser uma cidade universitária e importante centro econômico da Borborema, além de atuar como um polo de influência de oito microrregiões.

A cidade teve sua origem no final do século XVII a partir de um estreito vínculo com suas atividades comerciais, sendo lugar de repouso para os tropeiros. Elevada à condição de vila em 1790, não apresentou um significativo crescimento até o início do século XX, quando, em 1907, o trem chegou a Campina Grande, que se expandiu radialmente, devido ao aparecimento de estradas que a ligavam ao Cariri, ao Seridó e Cabaceiras. A estrada de ferro também significou uma íntima ligação econômica e cultural com a capital pernambucana, Recife, já que Campina Grande passou a ser centro difusor do comércio e serviços recifenses.

O crescimento econômico da cidade foi motivado pela produção algodoeira, fazendo-a ser conhecida até 1940 como a segunda maior exportadora de algodão do mundo, a “Liverpool brasileira”. A comercialização do “ouro branco” fez com que a cidade interiorana superasse economicamente João Pessoa, capital litorânea e político-administrativa do Estado. Por consequência, enquanto exportava algodão trazia o maquinário para a indústria, tornando-se em 1949, a primeira cidade do interior do

Brasil a sediar uma Federação das Indústrias, a FIEP (Federação das Indústrias do Estado da Paraíba).

Sabe-se que nas décadas de 1940-1950 foi registrado o maior índice de crescimento populacional da cidade, o que provocou uma intensa expansão urbana, e evidentemente mudanças na organização do seu espaço urbano com o surgimento nos anos seguintes de duas zonas industriais (SÁ, 2000, p. 183).

Ainda durante a década de 1940, o progresso decorrente da indústria algodoeira, resultou em transformações que tornaram a cidade mais adequada à circulação de automóveis. Uma “revolução urbana”, que tentava transmitir imagens de grandeza, desenvolvimento e progresso, fez Campina Grande ser tratada na gestão de Vergniaud Wanderley, como objeto de remodelação, com mudanças feitas sob planejamento técnico. Contudo, após a realização de algumas das indicações de Nestor de Figueredo e do plano de George Munier, no decorrer da década de 1940, Campina Grande como a grande maioria das cidades, passou a crescer desordenadamente. Sem uma legislação adequada, a especulação sobre o solo e o dinheiro acabou determinando a forma da cidade.

Ao longo da década de 1950, influenciada por notícias como a construção de Brasília, e movida pelas transformações que ocorriam no país, a elite de Campina Grande logo iniciou os esforços rumo ao desenvolvimento, utilizando como meio para se chegar ao progresso uma economia baseada na industrialização. A cidade que crescera até então pela atividade comercial dependente das correntes migratórias, com expansão dos serviços ferroviários em 1957 (quando se comemorava cinquenta anos da chegada do trem à cidade), enfatizava o preparo para escoamento da produção campinense, sendo em 1961, inaugurada a Estação Ferroviária Nova.

No âmbito econômico, a partir da década de 1960, com o processo industrial assumindo maior importância em todo país, foi alterado o quadro organizacional do espaço regionalizado por Campina Grande. Segundo AFONSO (2017), a cidade se destacava por conseguir incentivos fiscais da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), responsáveis por atrair novas indústrias e ampliar aquelas já implantadas.

Segundo SÁ (2000, p. 183-184), após o Nordeste integrar uma nova divisão inter-regional do trabalho, foi exigida a “implantação de uma infraestrutura representada pela modernização do sistema de transporte e comunicação, provocando mudanças na circulação de mercadorias e de pessoas”, rompendo a estrutura espacial. No início dos anos 1960, em Campina Grande, foi criado o Departamento de Planejamento e Urbanismo como uma nova tentativa de reorganização com um diagnóstico para elaboração de um plano diretor físico sob comando do engenheiro Austro França.

Na década de 1970, o Governo Federal introduziu a cidade no Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Desenvolvido no período de 1973 a 1977, sob a gestão municipal de Evaldo Cruz, o plano tinha objetivo de ordenar o espaço para aplicação de ações específicas, descentralizando a estrutura urbana, dividindo-a em áreas independentes para algumas funções, mas também interligadas.

O bairro da Prata, tomado como estudo de caso, aparece no PDLI como zona residencial, sabendo-se que já era ocupado por aqueles bem-sucedidos economicamente, moradores desalojados da Rua Maciel Pinheiro mediante as reformas de Vergniaud Wanderley. Logo, uma área “nobre” que foi incorporada à expansão da cidade seguindo os “novos” padrões urbanísticos da época, como exposto adiante.

CONTEXTO: O BAIRRO DA PRATA EM CAMPINA GRANDE/ PARAIBA. DA ORIGEM À CONTEMPORANEIDADE

Em Campina Grande, o surgimento de novos bairros, entre eles o da Prata, e a modernização de sua paisagem urbana, estiveram intimamente ligados à movimentação comercial e posteriormente, a partir dos anos 1960, ao avanço industrial. O bairro tomado como estudo de caso, detentor de relevante produção arquitetônica moderna, está situado na região central de Campina Grande. (Ilustração 2).

Fundamentado pelos conceitos do urbanismo moderno, que tem como princípio a racionalização do espaço com a separação de usos e zoneamento, o objetivo da administração pública da época (Prefeito Vergniaud Wanderley) era “ordenar a desordem prevendo o crescimento da cidade”.

Assim, a antiga trama viária campinense foi sendo redefinida e sua expansão estimulada pela abertura de ruas sobre os subúrbios, que em sua maioria foram elaboradas seguindo traçados retos que desafiavam até mesmo a topografia dos sítios.

Decorrentes dessas mudanças surgiram empreendimentos imobiliários, como os loteamentos que deram origem ao bairro da Prata (Ilustração 03), são eles: Raimundo Viana (Jardim da Prata registrado em 1945), e Floripes Pontes (registrado em 1949).

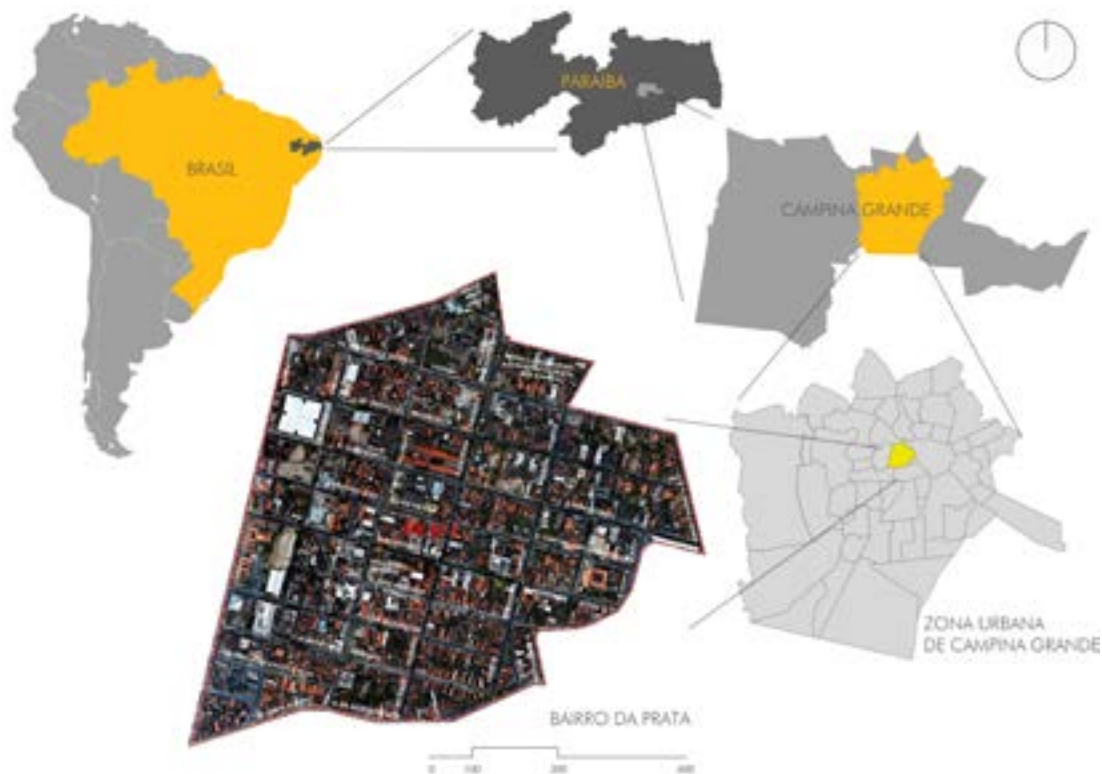


Ilustração 02: Localização geográfica do Brasil, estado da Paraíba, cidade de Campina Grande e do bairro Prata. Fonte: Elaborado por GARCIA, 2017.



Ilustração 03: Loteamento Raimundo Viana, 1953. Fonte: SEPLAN, 2017.

É possível notar que os lotes que antes pertenceram a Raimundo Viana abrigam edificações importantes, que sobrevivem até a atualidade como marcos histórico, arquitetônico e cultural, algumas delas já indicadas na documentação levantada no arquivo público da Secretaria de Planejamento, como por exemplo, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a casa de saúde e maternidade Dr. Francisco Brasileiro, (referência em toda região Nordeste naqueles anos, estando atualmente abandonada), o mercado conhecido como a grande Feira da Prata, um instituto de educação (Colégio Estadual da Prata), o SENAI (Centro de Educação Profissional Professor Stenio Lopes) e uma fábrica de óleo (ainda não identificada).

No Jornal de Campina (1933), a ocupação do bairro já era incentivada, e o convite feito em letras grandiosas:

V. Excia. já sabe o que é o Bairro da Prata?" e em seguida o leitor era convidado a conhecê-lo: O Bairro da Prata, será muito em breve o primeiro e único local onde V. Excia. pode construir seu Bungalow, com clima salubérrimo para o seu repouso, com espaço bastante para as necessidades de sua residência, com todas as comodidades, enfim, que a moderna técnica de urbanismo requer para sistematização de habitações. O Dr. Nestor de Figueiredo, grande urbanista brasileiro visitando aquele magnífico bairro da nossa urbs, afirmou que na Prata, Campina teria de localizar num futuro próximo as suas melhores vivendas. Pois bem, V. Excia pode possuir desde já um terreno a prestações módicas, para construir o seu lar naquele doce recanto. É só procurar o sr. Raymundo Vianna, que lhe mostrará a planta dos terrenos...

(Jornal de Campina, 05/02/1933, nº 2, p. 2.)

Em pesquisa de iniciação científica desenvolvida e orientada pelas autoras, intitulada "Prata moderna. Estudos sobre a produção arquitetônica moderna do bairro da Prata. Campina Grande. Paraíba" notou-se durante os anos 1960, a intensa construção de programas residenciais e equipamentos com repertório formal e soluções projetuais que seguiam os princípios racionalistas do Movimento Moderno, sinônimos de progresso e prosperidade.

Quanto à arquitetura moderna, buscando ressaltar o funcionalismo e racionalismo, entre 1920 e 1930, Le Corbusier, que teve como objeto de estudo a casa, "máquina de morar", evidenciou cinco pontos básicos desta arquitetura:

- 1) O uso de pilotis, para abrigo dos automóveis;
- 2) a planta livre possibilitada pelo uso do concreto armado, assim, a organização das paredes segue exclusivamente a funcionalidade dos ambientes;
- 3) as janelas em fita, que enfatizam a transparência;
- 4) as fachadas livres, que trabalham todas as

fachadas sem hierarquia; e 5) o teto jardim, entendido como paraíso, “jardim entre muros”.

(ACAYABA, 2011, p. 16)

No entanto, a diversidade dessa arquitetura, influenciada pelo Movimento Moderno, é muito vasta no Brasil. Evidente que um país de dimensões continentais, de múltiplas especificidades que variam de acordo com a região, cultura e clima, mesmo influenciado pelo estilo internacional originaria arquiteturas genuinamente suas, adaptadas às suas realidades. Buscando explicar a adesão brasileira ao estilo internacional, BRUAND (1991) colocou:

É fácil entender por que a obra de Le Corbusier encontrou terreno receptivo: difundida em grande escala em uma língua acessível, não só constituía a melhor solução para as condições materiais locais, mas também satisfazia a sensibilidade brasileira, associando um certo rigor cartesiano simplista com um entusiasmo visionário de caráter profético.

(BRUAND, 1991, p.22)

BRUAND (1981) define ainda, com excelência, as características da nova arquitetura brasileira:

Predominância da arquitetura urbana, ausência de preocupações sociais, importância dos edifícios públicos, prioridade das realizações de prestígio, preocupação com a individualização e com o aparato formal, desejo de conceber uma arquitetura atual, voltada para o futuro, mas sem depreciar os valores do passado, conflito entre o revolucionário e o tradicional, entre a sedução pelo estrangeiro e o orgulho nacional.

(BRUAND, 1981, p. 29)

Como bem colocou GROPIUS (1977), que a boa arquitetura deveria refletir a vida da época, exigindo conhecimento íntimo das questões biológicas, sociais, técnicas e artísticas, atreladas ao desejo de unidade resultante na obra em si.

Sempre acentuei também o outro aspecto da vida, no qual a satisfação das necessidades psíquicas é tão importante quanto a dos materiais, e no qual o propósito de uma nova concepção espacial é algo mais do que a economia estrutural e perfeição funcional.

(GROPIUS, 1977, p. 26).

De acordo com AFONSO (2013), os princípios norteadores da arquitetura moderna adotam como pontos básicos: a arquitetura como volume e jogo dinâmico de planos; a tendência à abstração, à simplificação; utilização de malhas geométricas estruturantes do projeto; busca de formas dinâmicas e espaços transparentes, com o predomínio da regularidade substituindo a simetria axial acadêmica e a ausência de decoração que surge de perfeição técnica.

No Brasil, a busca pela modernização também foi impulsionada pelos avanços tecnológicos que favoreceram transformações no cenário arquitetônico (como a substituição do homem pela máquina, aprimoramento das técnicas construtivas que fomentaram a verticalização, a consolidação da industrialização, avanços dos meios de transporte que substituíram carroças por automóveis), embora tenha adaptações locais, quanto às técnicas construtivas, quanto aos materiais empregados e às soluções climáticas.

Em Campina Grande (influenciada por estes princípios em meados dos anos 1950), fez-se uso de linhas cubistas, quadradas, funcionais, seguindo os traços racionalistas de sintaxe corbusieriana. Conforme foi publicado pelo SESC (Serviço Social do Comércio, 1964, p. 41), os “ricos” do bairro da Prata, “muitos médicos e gente de bem, moravam em casas boas, funcionais”.

[No bairro da Prata] as casas boas são geralmente luxuosas construções em estilo moderno, misto de “bungalow” com linhas cubísticas e quadradas, de mau gosto. A evidente preocupação é o “moderno”, denominado funcional, mas que não passa de “modernoso”

(SERVIÇO..., 1964, p.32 apud QUEIROZ e ROCHA, 2014)

Devido à sua boa acessibilidade e proximidade com o Centro, o bairro da Prata

recebeu boa infraestrutura urbana, além de ocupar uma porção alta da cidade com vista privilegiada. Com tantas potencialidades, o bairro logo protagonizou a descentralização dos serviços concentrados no Centro, sendo conhecido nos dias de hoje como polo médico da cidade, após o surgimento de atividades destinadas à saúde a partir da década de 1980, além da implantação de serviços como a Feira da Prata existente há quase 60 anos, responsável pela expansão da Feira Central.

Em pesquisa realizada sobre o bairro da Prata, APOLINÁRIO (2011) escreveu que:

À medida que esse processo de urbanização vem crescendo no bairro, os elementos espaciais vão se moldando as novas funções, que surgem a partir de um processo de acumulação e concentração do capital, gerando uma dinâmica econômica que rege a mudança da sociedade de acordo com o modo de produção capitalista. Sendo assim, o bairro passa por uma transformação bastante visível em sua paisagem, na medida em que é visto como um espaço urbano com um grande potencial imobiliário, tomando como princípio não só o fato do bairro ser considerado classe média alta, desde sua formação, mas também sua acessibilidade e localização na cidade.
(APOLINÁRIO, 2011, p.03)

DISCUSSÃO: O ACERVO MODERNO E OS RISCOS DE SUA PRESERVAÇÃO

Em concordância com o que foi exposto anteriormente, pode-se observar que o bairro da Prata tem passado por intensas transformações no que diz respeito à sua estrutura socioeconômica. A partir da década de 1980 com o surgimento de atividades destinadas à saúde, o mesmo foi impulsionado a uma nova função, até então existente com maior concentração no Centro da cidade, sendo conhecido atualmente como polo médico de Campina Grande.

GARCIA e AFONSO (2018) vêm desenvolvendo pesquisas na área e observaram que a mudança de uso do bairro, que possuía um perfil residencial com o uso de uma arquitetura moderna, vem se transformando a cada dia, havendo demolições do acervo e descaracterização de edificações, que infelizmente não são protegidas por Lei, devido a não estar inserido no perímetro do centro histórico (única porção do território campinense reconhecida como Zona Especial de Interesse Cultural – ZEIC, no Plano Diretor vigente atualmente), logo vulnerável às transformações urbanas contemporâneas.

As casas modernas construídas nos anos 60 possuem grandes terrenos, com recuos generosos, e não são tombadas isoladamente, o que nos dias atuais, devido ao

aumento do valor do metro quadrado, trouxe sérios problemas à preservação destes imóveis, considerando que os proprietários se sentem atraídos pelas propostas econômicas dos empreendedores, que os adquirindo, demolem ou descaracterizam. Obviamente o tombamento deve seguir critérios sólidos, e nem todos os imóveis estão aptos, mas a preservação de alguns exemplares torna-se importante para que as adaptações aos novos usos sigam princípios éticos de intervenção, possibilitando a manutenção e aprimoramento das técnicas construtivas modernas para gerações futuras.

Assim, para exemplificação do acervo patrimonial residencial do bairro, GARCIA (2018) em estudo realizado, analisou seis edificações ainda existentes modernas (Ilustração 04).



Ilustração 04: Parte do acervo residencial moderno construído na década de 1960 no bairro da Prata.
Fonte: Elaborado por GARCIA, M. 2018.

Destas, apenas duas ainda funcionam como moradias: as Residências Manoel Damião e João Felinto. A Residência Sebastião Pedrosa abriga desde os anos 80 um laboratório de análises clínicas e consultórios médicos, enquanto que a Residência José Augusto foi transformada em vários pontos comerciais no último ano. As Residências Germiniano Crispim e José Torreão estão em desuso no momento.

No tocante ao acervo institucional do bairro, vale ressaltar a presença do “Sistema S”, formado por organizações e instituições, todas referentes ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas que objetivam melhorar e promover o bem-estar de seus funcionários, na educação profissional, saúde e lazer. As instituições do “Sistema S” não são públicas, mas recebem subsídios do governo.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) criado em 1942 através de decreto-lei assinado por Getúlio Vargas, consistia na organização e administração de escolas de aprendizagem voltadas para industrialização, em todo país. Em 1949, foi criado o Departamento Regional do SENAI da Paraíba, mas somente em dezembro de 1952 foi institucionalizado com sede em Campina Grande, alcançando autonomia em 1953 com seu primeiro diretor, o professor Amaro Salvatori Simoni.



Ilustração 05: SENAI, bairro da Prata.

Fonte: Acervo do Diário da Borborema (1985) presente no blog Retalhos Históricos Campina Grande; acervo da FIEP e SENAI (2016). Domínio público.

No início da década de 1950, a Escola de Aprendizagem do SENAI, denominada de “Centro de Formação Profissional Professor Stenio Lopes” (Ilustração 05), localizada na Rua Pedro II, no bairro da Prata, área nobre da cidade, deu início às suas atividades, adotando um regime de internato (1953 a 1961) para capacitar aprendizes do setor industrial de João Pessoa e de outras cidades do interior. Atualmente, o centro oferece diversos cursos para menores e adultos, nas áreas de automação, alimentos, eletroeletrônica, gestão, gráfica e editorial, madeira e mobiliário, refrigeração e climatização, segurança do trabalho, tecnologia da informação, por exemplo.

Outra edificação que marca a presença e significância do sistema industrial no bairro trata-se de um dos Centros de Atividades do SESI, que possuem como principal finalidade facilitar o acesso do operário e seus dependentes aos serviços de educação, saúde, lazer, esporte e cultura.

O Clube do Trabalhador do Serviço Social da Indústria (SESI), de autoria do arquiteto pernambucano Tertuliano Dionísio (Ilustração 06), foi inaugurado em setembro de 1962, recebendo posteriormente o nome de Centro de Atividades Aprígio Veloso da Silveira, criado com objetivo de proporcionar bem-estar e entretenimento aos trabalhadores da indústria.



Ilustração 06: Inauguração do Clube do trabalhador em 1962. Fonte: Acervo da FIEP.

Quanto ao acervo paisagístico, vale citar a Praça do Rosário (Ilustração 07), já que seu surgimento no bairro estudado está intimamente ligado às reformas “modernizantes” feitas no Centro da cidade durante a gestão de Vergniaud Wanderley, já referidas anteriormente.



Ilustração 07: Paróquia Nossa Senhora do Rosário no bairro da Prata na década de 1960.
Fonte: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande. Domínio público.

Estas acabaram por demolir em 1940 a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (construção iniciada em 1831) situada à R. Marquês do Herval no Centro, para expansão da Av. Floriano Peixoto, sendo “transferida” para um terreno doado por Raimundo Viana, na Prata.

No que lhe concerne, a área frontal da atual Paróquia Nossa Senhora do Rosário, trata-se da Praça do Rosário, espaço de propriedade da Paróquia mediante escritura pública desde 1940. Em imagem referente ao início dos anos 60, nota-se que o lugar da Praça do Rosário ainda não tinha infraestrutura de praça. Acredita-se que a mesma tenha surgido como tal após a criação do Departamento de Planejamento e Urbanismo (década de 1960), aparecendo no Plano de Desenvolvimento Local Integrado no ano de 1972 como “área para fins recreativos e paisagísticos”.

No entanto, não foi acessado ainda o material de desenho técnico original, embora seja de conhecimento público a reforma feita em parceria com a Prefeitura Municipal no ano de 1999. No ano de 2016, a praça passou por uma nova revitalização, para modificação do piso e retirada de brinquedos deteriorados. Após a finalização das obras, o perímetro da praça passou a ser fechado ao acesso público no período noturno.

CONCLUSÃO

Tomando como estudo de caso o bairro da Prata, área que possui um rico acervo moderno composto por residências, instituições e praça, é possível notar que este, apesar de não sediar uma zona industrial (levando em conta a implantação de indústrias), tem função crucial na formação do patrimônio industrial em Campina Grande, devido abrigar até os dias atuais outros setores decorrentes da modernização correlacionada à industrialização, como o setor habitacional, educacional e social, voltados a atender os principais atores do sistema industrial, seja na capacitação de trabalhadores ou proporcionando lazer.

O patrimônio moderno de Campina Grande encontra-se ameaçado, em sua maioria passa por acelerado processo de descaracterização e esquecimento. O bairro estudado é alvo da especulação imobiliária, o que é agravado mediante a falta de proteção legal sobre as obras restantes. No entanto, estes são exemplos de arquiteturas ainda sobreviventes na memória coletiva campinense, merecem, portanto, divulgação e reconhecimento, dada importância histórica e protagonismo na ascensão econômica da cidade, atualmente conhecida como polo científico e tecnológico.

WAISMAN (2013) relata que para reconhecimento de bens patrimoniais se faz necessário a determinação de um projeto cultural, já que valor/significado está relacionado a um grupo humano.

A CARTA DE BURRA (1999, s/p) define como conservação “todos os processos de prestação de cuidados a um sítio (lugar, área, terreno, paisagem, edifício, grupos de edifícios) por forma a que ele retenha o seu significado cultural”. Complementa, ainda: “os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes”. Evidente que o ser humano cuida daquilo que valoriza, sendo assim, a teoria da conservação mudou nos últimos vinte anos. Em tempos passados, a conservação esteve ligada à manutenção das características físico-materiais. Agora, a conservação está intimamente associada à significância atribuída ao bem, assim como seus valores instrumentais, simbólicos e documentais.

Ainda de acordo com WAISMAN (2013), podem-se destacar dois tipos de valores atribuídos aos bens patrimoniais, são eles: valor de consumo e valor de uso. No primeiro caso, dá-se prioridade aos bens atrativos pelo seu valor artístico, originalidade e/ou extravagância. Nessa situação, a população também é vista como objeto de consumo, descartável caso não torne o monumento ou lugar rentável. Nestes objetos são realizadas restaurações, falsas identidades que originam gentrificações. Logo, aqui o valor está ligado à produtividade econômica e se confunde ao valor estético e decorativismo superficial.

Por valor de uso, entende-se o patrimônio arquitetônico e urbano ligado à identificação e apropriação do entrono por parte de um grupo social. Os valores reconhecidos, além dos derivados pela pura imagem, estão relacionados às vivências sociais, logo, com a memória. Assim, operações de recuperação ou refuncionalização são mais interessantes. Buscando o fortalecimento da identidade cultural, incluem-se entre os objetos físicos que constituíram o patrimônio, os objetos de consideração e atenção: tipos arquitetônicos, os espaços sociais, os centros históricos de natureza distinta, a escala, a trama urbana.

A cartilha “Patrimônio histórico: como e por que conservar” publicada pelo CREA-SP (2008), define como patrimônio edificado: “edificações isoladas ou conjunto de edificações, que poderão ter tipologias distintas e não necessariamente antigas, mas que possuam peculiaridades culturais”. De acordo com CHOAY (2001), a partir dos anos 60, o conceito de patrimônio edificado foi ampliado na Europa, atravessando uma expansão tipológica, cronológica e estilística. Sendo assim, a produção moderna junto à vernácula e à industrial, entre tantos outros exemplares, foram incluídas nessa ampliação conceitual.

Contudo, é perceptível que no Brasil essa ampliação ainda é bastante restrita, variando de acordo com os contextos sociais, econômicos, culturais. Em Campina Grande, além da negligência por parte da legislação municipal que não abarca os conjuntos arquitetônicos modernos como áreas de interesse arquitetônico e cultural, nem faz isso de maneira isolada tombando edificações pontuais, a sociedade local por vezes não atribui significado nem valores a este acervo, que outrora ganhou status de progresso, arrojo e civilidade.

JOKILEHTO (2003) ressalta:

Acessar a significância de algo normalmente leva tempo. No caso do patrimônio moderno, a distância é ainda curta e o julgamento difícil. Ainda que nossos entornos sejam de grande parte resultante de obras do Movimento Moderno, nós temos dificuldade em compreendê-los, pois parece que estamos julgando a nós mesmos.

(JOKILEHTO, 2003, p. 108-109)

Torna-se evidente que o uso dos imóveis, mutante de acordo com o contexto sociocultural, é um fator importante para a preservação, contudo, é necessário um uso coerente com a sua configuração física. Logo, entende-se por uso compatível, aquele que respeita o significado cultural atribuído ao edifício (ou conjunto) no decorrer do

tempo. Caso contrário, o modo de qualificar um volume pode causar sérias rupturas na imagem urbana, e/ou dissolver a identidade do lugar.

KÜHL (2011) esclarece esse pensamento:

A utilização de um edifício é essencial para sua sobrevivência e deve ser condicionada por análise pormenorizada da obra (ou conjunto de obras), algo primordial para determinar usos compatíveis de modo a assegurar a preservação dos elementos caracterizadores do bem e valorizá-los.
(KÜHL, 2011, p. 132)

Sendo assim, como bem definiu RIBEIRO e NÓBREGA (2016):

Os projetos de intervenção não podem seguir gosto pessoal, individual, precisam ser consequência da discussão de profissionais dos diversos campos do saber para que se possa formar uma fundamentação teórica consistente e se elaborar diretrizes de intervenção coerentes com esta fundamentação.
(RIBEIRO e NÓBREGA, 2016, p.22)

Quanto aos princípios éticos de intervenção no patrimônio edificado, entendendo a necessidade de adaptação dos imóveis aos novos usos, KÜHL (2009, p. 59-100) descreve como imprescindível: 1) Distinguilidade, para que o observador não seja induzido ao engano as intervenções ocorridas sobre o projeto original devem marcar seus tempos distintos; 2) Retrabalhadade, para não alterar a obra em sua substância as intervenções posteriores devem ser respeitadas além de facilitarem futuras intervenções; 3) Mínima intervenção, para não desnaturalizar o documento histórico; 4) Compatibilidade de técnicas e materiais, fazendo uso de técnicas compatíveis e não nocivas;

Como conclusão deste trabalho, podem-se destacar caminhos para gestão do patrimônio campinense e concreta preservação arquitetônica e cultural: vontade política, participação popular, políticas públicas ativas na área patrimonial com trabalho constante de educação, e incentivos fiscais, tornam-se meios eficazes de estímulos aos proprietários que anseiam contribuir para com a conservação de edificações de valor patrimonial.

Por fim, vale ressaltar:

A morte atinge tanto as obras quanto os seres. Quem fará a discriminação entre aquilo que deve ou não substituir ou aquilo que deve desaparecer? O espírito da cidade formou-se no decorrer dos anos; simples construções adquiriram um valor eterno na medida em que simbolizam a alma coletiva; constitui o arcabouço de uma tradição que, sem querer limitar a amplitude dos progressos futuros, condiciona a formação do indivíduo, assim como o clima, a região, a raça, o costume. Por ser uma pequena pátria, a cidade comporta um valor moral que pesa e que lhe está indissolúvelmente ligado.
(CARTA DE ATENAS, 1933, s/p)

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. (2019). Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial. *Revista Projetar Projeto e Percepção do Ambiente*. Volume 4. Número 3. 2019. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/issue/view/963/Edi%C3%A7%C3%A3o%20completa>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

_____. (2017). O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da Prata, em Campina Grande. Barcelona: *Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo*. UPC.

_____. (2013). A adoção de uma metodologia de ensino para projetos arquitetônico. *Arquitetura revista*. Vol. 9, n. 2, p. 125-134 jul/dez 2013. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/viewFile/arq.2013.92.05/3888>. Acesso em 08 de outubro de 2019.

ACAYABA, M. (2011). *Residências em São Paulo: 1957-1975*. São Paulo: Romano Guerra Editora.

APOLINÁRIO, O; ALMEIDA, N; VALVERDER, A. (2011). Especulação e verticalização: reflexos na paisagem do bairro da prata em Campina Grande-PB e o uso do georreferenciamento. *Anais do 9º Encontro latino Americano de pós-graduação e iniciação científica*. UNIVAP. São José dos Campos.

ASCHER, F. (2010). *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra.

ARGAN, G. (2005). *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fonte.

BRUAND, Y. (1991). *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva.

CARTA DE ATENAS. (1933) Iphan. 1933. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 13 de abril de 2019.

CARTA DE BURRA. (1980). Iphan. 1980. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2019.

CARTA DE NIZHNY TAGIL (2003). TICCIH. Disponível em <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2018.

CASSAL, S. (1988). *A modernidade de Baudelaire*. São Paulo: paz e terra.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. 4ª. Ed. São Paulo: Estação Liberdade. UNESP. 2006.

GOITIA, F. (2011). *Breve Historia del Urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial.

GAGNEBIN, J. M. (1997). *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago.

GARCIA, M. (2018). *Prata que vale ouro: a casa moderna da década de 60*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Campina Grande: UFCG.

GARCIA; M.; AFONSO, A. (2018). A modernização da cidade de Campina Grande e o bairro da Prata nos anos 60. Belo Horizonte: *II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL*. IEDS, UFMG.

_____. (2018). Prata moderna: o caso da Residência Sebastião Pedrosa. Tertuliano Dionísio. 1961. Belo Horizonte: *II Simpósio Científico do ICOMOS BRASIL*. IEDS, UFMG.

_____. (2018). Reconhecimento da paisagem moderna da Prata. Campina Grande. PB. Belo Horizonte: *V Colóquio ibero-americano: Paisagem cultural, patrimônio e projeto*. IEDS, UFMG.

_____. (2017). Arquitetura moderna e industrialização: o bairro da Prata nos anos 60. Gijón Espanha: *XIX Jornadas internacionales de patrimonio industrial*. INCUNA.

GARCIA, M; FARIAS, C; AFONSO, A. (2018). A transformação do acervo moderno da Prata: o caso da Residência José Augusto de Almeida. *7º Seminário Docomomo*

GROPIUS, W. (1997). *Bauhaus: Nova arquitetura*. São Paulo: Editora Perspectiva.

HARVEY, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças culturais*. São Paulo: Edições Loyola.

JOKILEHTO, J. (2003). Continuity and change in recent heritage. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.) *World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/WHC, p. 101-109.

KÜHL, B. M. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. Problemas teóricos de restauro. Cotia, Ateliê / FAPESP, 2009.

RIBEIRO, R; NOBREGA, C. *Projeto e Patrimônio*. Reflexões e aplicações. Rio de Janeiro: Rio Book's. 1ª edição. 2016

SÁ, M. B. de. (2000) A paisagem recriada: um olhar sobre a cidade de Campina Grande. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Imagens multifacetadas da história de Campina Grande*. Campina Grande: PMCG, p. 179-183.

SERRA, G. (2006). *Pesquisa em arquitetura e urbanismo*. São Paulo: EDUSP.

WAISMAN, M (2013). *O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva. 2013

Recebido em: 17/12/2019

Aprovado em: 18/10/2018

Publicado em: 26/12/2019